

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO – CFT

REQUERIMENTO Nº , DE 2015.

(Do Senhor Nelson Marchezan Junior)

Solicita a convocação do Sr. Joaquim Levy, Ministro de Estado da Fazenda, para prestar informações sobre a situação financeira dos Estados, particularmente do Rio Grande do Sul, e as providências adotadas pelo governo federal para apoiar as unidades da federação.

Senhora Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no artigo 50 da Constituição Federal, bem como na forma do artigo 219, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário, seja convocado para comparecer a esta Comissão de Finanças e Tributação, em audiência pública, o senhor Joaquim Levy, Ministro de Estado da Fazenda, para prestar informações sobre a situação financeira dos estados brasileiros, particularmente sobre as finanças do Rio Grande do Sul, bem como as medidas que estão sendo adotadas pelo governo federal para que as unidades da federação possam enfrentar as consequências da crise em que se encontra a economia brasileira.

JUSTIFICAÇÃO

A cada anúncio de um indicador da economia brasileira, constatamos o que vem sendo sentido por toda a sociedade: o retorno da inflação e a perda da estabilidade de preços, duramente conquistada por todos os brasileiros, o aumento do desemprego e a piora nas perspectivas de retomada do crescimento no próximo ano. Já é dada como certa uma retração de 2% (dois por cento) do PIB, combinada com uma taxa de inflação de dois dígitos.

Os resultados concretos são sentidos no cotidiano, sobretudo no da população de mais baixa renda, e os gestores estaduais e municipais, mesmo

que se desdobrem, não conseguem honrar os compromissos. A situação financeira do país tem sua expressão mais dramática no meu estado, o Rio Grande do Sul, quando o governador Ivo Sartori, que assumiu em janeiro do corrente ano, viu-se na contingência de ter que suspender os pagamentos relativos à dívida renegociada com a União, para honrar pelo menos o salário dos servidores, e, mesmo assim, de forma parcelada.

Em consequência, a União promoveu o bloqueio das contas do Estado, fato que culminou no agravamento do atraso de repasses e afetou a prestação de alguns serviços para a população, conforme diagnosticado pela Federação das Associações de Municípios do estado (Famurs). Conforme notícia¹ divulgada pelo portal G1 no último dia 12, no mesmo dia, já haviam sido bloqueados mais de R\$80 milhões e havia a previsão de bloqueio de R\$150 milhões bloqueados, todos oriundos de ICMS.

O referido bloqueio não se mostra razoável, tendo em vista que o Rio Grande do Sul tem valores a serem recebidos e/ou compensados do Governo Federal, relativos a questões previdenciárias, à Lei Kandir, a repasses pra manutenção de estradas, etc.

Em 23 de abril deste ano, o Ministro Joaquim Levy informou, em reunião com o Governador Ivo Sartori, que o RS não receberá verba federal referente a repasses atrasados em razão do cenário desfavorável devido ao ajuste fiscal. O valor correspondente à regularização de repasses atrasados, à época, totalizava aproximadamente R\$200 milhões: sendo R\$150 milhões do Fundo de Incentivo às Exportações e R\$48 milhões da Lei Kandir a serem repassados².

Em relação ao prejuízo causado às infraestrutura, a demora, por parte da União, no repasse de recursos paralisa ou diminui o ritmo em obras de estradas e afeta a manutenção de vias existentes. Conforme o Sicepot, apenas 40% (quarenta por cento) das obras estão com andamento normal. A Associação Nacional das Empresas de Obras Rodoviárias (Aneor) estima que estão prejudicadas as seguintes obras: as duplicações da BR-116 (entre Guaíba e Pelotas), da BR-290 (entre Eldorado do Sul e Pântano Grande) e das

¹<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2015/08/bloqueio-de-contas-do-rs-agrava-atraso-em-repasses-diz-famurs.html>

²<http://gaucha.clicrbs.com.br/rs/noticia-aberta/rs-nao-recebera-verba-federal-referente-a-repasses-atrasados-135961.html>

rodovias BR-392 (entre Pelotas e Rio Grande), BR-116 (Região Metropolitana), a duplicação da rodovia BR-386 (entre Tabai e Estrela), a Travessia urbana de Santa Maria, o contorno de Pelotas, os prolongamentos da BR-448 (Rod. do Parque) e da BR-392, a Nova ponte do Guaíba, as Barragens Taquarembó e Jaguari, a Ferrovia Norte-Sul, a reforma e ampliação do terminal de passageiros no aeroporto Salgado Filho, assim dos sistemas de pistas e pátios de aeronaves e o prolongamento da pista no Aeroporto Salgado Filho³.

O bloqueio não se afigura razoável, ainda, em razão de o Governo Federal ter destinado recursos para investimentos no exterior. Como exemplo, pode-se citar o Porto de Mariel, em Cuba (valor da obra: US\$ 957 milhões, dos quais US\$682 milhões foram pagos pelo BNDES), a hidrelétrica de San Francisco, no Equador (US\$ 243 milhões), a hidrelétrica Manduriacu, também no Equador (US\$124,8 milhões - US\$90 milhões pagos pelo BNDES), a hidroelétrica de Chaglla, no Peru (US\$1,2 bilhões, sendo US\$320 milhões pagos pelo BNDES), o metrô da Cidade do Panamá (US\$1 bilhão), a autopista Madden-Colón, também no Panamá (US\$152,8 milhões), o aqueduto de Chaco, na Argentina (US\$180 milhões), o soterramento do Ferrocarril Sarmiento, também na Argentina (US\$ 1,5 bilhões), as linhas 3 e 4 do metrô de Caracas, na Venezuela (US\$732 milhões), a segunda ponte sobre o Rio Orinoco, na Venezuela (US\$1,2 bilhões, sendo US\$300 milhões pagos pelo BNDES), entre tantas outras realizadas entre 2009 e 2014.

Ademais, o Brasil abriu mão de receitas relevantes ao perdoar ou renegociar dívidas de 12 países africanos com o Brasil, que totalizavam, em 2013, quase US\$ 900 milhões. A medida beneficiou a República do Congo, Costa do Marfim, Tanzânia, Gabão, Senegal, República da Guiné, Mauritânia, Zâmbia, São Tomé e Príncipe, República Democrática do Congo, Sudão e Guiné Bissau.

Diante da situação dramática em que se encontra a população do Rio Grande, solicitamos o comparecimento urgente do Ministro da Fazenda a esta Comissão de Finanças e Tributação, convocado em audiência pública, para prestar informações sobre a situação financeira dos Estados Brasileiros, particularmente do Rio Grande do Sul, sobre as medidas de apoio que estão

³ <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticia/2015/03/obras-federais-no-rs-pisam-no-freio-4724134.html>

sendo adotadas pelo governo federal, e as perspectivas para os próximos meses e quais as alternativas viáveis para impedir que o Rio Grande do Sul pare.

Pela importância do tema a ser tratado, esperamos contar com o apoio dos nossos pares, rogando ainda os bons ofícios da Presidente para que a audiência pública se faça com a celeridade que o tema requer.

Sala das Sessões, de de 2015.

Deputado NELSON MARCHEZAN JÚNIOR
PSDB/RS